

## Pesquisadora do IEL apresenta tradução inédita do livro que inaugurou o gênero utópico na França

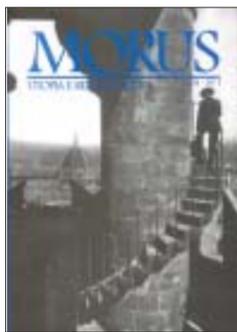


A pesquisadora Ana Cláudia Romano Ribeiro: primeira tradução da obra (à esquerda) para o português

À direita, "O hermafrodita adormecido", obra romana do século II exposta no Museu do Louvre



# A ilha dos hermafroditas



## Revista *Morus* abre espaço para o gênero

Participantes do grupo de estudos da temática relacionada à Utopia e ao Renascimento, do IEL, lançaram em 28 de abril a revista *Morus*, que se torna a primeira publicação brasileira voltada para a utopia enquanto gênero literário. O número 1 de *Morus* traz artigo do professor Carlos Eduardo Ornelas Berriel, editor da revista e atualmente envolvido no estudo de cinco utopias renascentistas. Há também artigos de seus orientandos Ana Cláudia Ribeiro e Helvio Moraes Júnior, editores adjuntos da revista, que assinam textos sobre A Ilha dos Hermafroditas e A Cidade Feliz (de Francesco Patrizi); de Claude-Gilbert Dubois, intelectual francês autor de mais de vinte livros sobre o tema, Raymond Minerva, Vita Fortunati e outros estudiosos.

"O gênero utopia é alvo de grande interesse porque as obras tratam da sociedade ideal, a busca do equilíbrio entre vida individual e vida associada. Esta, talvez, seja a grande questão social da época moderna. Quando lemos o gênero, sempre pensamos na nossa realidade e nas soluções de vida associada que a humanidade vem tentando encontrar", afirma Ana Cláudia Ribeiro.

Segundo a pesquisadora, a utopia é um gênero rico por apresentar em si muitas contradições. "A sociedade ideal seria aquela isolada no tempo e no espaço, o que é impossível porque a história não pára. Conflitos podem ser resolvidos, mas eles evoluem e dão origem a outros. O equivalente da utopia no século 20 é a distopia, representada por autores como Aldous Huxley e George Orwell, que descrevem como a sociedade organizada para ser perfeita e benéfica se transforma numa sociedade totalitária", finaliza.

LUIZ SUGIMOTO  
sugimoto@reitoria.unicamp.br

Sobrevivendo a um naufrágio, o viajante alcança uma ilha flutuante e se depara com um castelo suntuoso, erguido em mármore finos e adornado com pedras preciosas, e habitado por hermafroditas. Em um dos cômodos, moradores se embelezam frisando os cabelos de um jeito complicadíssimo e escovam os dentes com estranhos objetos artesanais, zelosos por mudar sua aparência exterior. Noutro cômodo, o despertar do hermafrodita parece um cerimonial: criados chegam com vasilhas e toalhas para asseá-lo ainda na cama, retiram sua máscara, as luvas, e vão descortinando a cena até então difusa por causa das cobertas e de tecidos e sedas que pendem do teto, revelando aos poucos a fisionomia daquele que havia pouco sonhava.

Esta narrativa superficial de como começa *A Ilha dos Hermafroditas* não faz jus ao esforço da pesquisadora Ana Cláudia Romano Ribeiro para apresentar a primeira tradução em português de uma obra que inaugurou o gênero utópico de literatura na França, em 1605, quase cem anos depois que Thomas Morus descreveu em *A Utopia* (1516) a sociedade ideal da Inglaterra mercantil. Outro Thomas, Artus, nobre do campo que freqüentou a corte francesa, é o provável autor de *A Ilha*, o que não pode ser comprovado porque o manuscrito não está assinado.

"Por não se tratar de um francês do Renascimento, nem do francês clássico do século 17, tive primeiro que traduzir o texto para o francês moderno a fim de compreendê-lo. Outra questão era para que português traduzir, pois não tenho competência para escrever no português de época e, tampouco, poderia tornar o texto anacrônico utilizando termos modernos demais. Embora o resultado não me satisfaça inteiramente, a experiência foi enriquecedora", afirma Ana Cláudia, sobre o trabalho que lhe valeu o mestrado em Teoria e História Literária no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, sob orientação do professor Carlos Eduardo Ornelas Berriel.

A utopia é um gênero literário que desperta discussões principalmente na França e Itália, interesse que Ana Cláudia Ribeiro justifica pelo embasamento das obras na realidade histórica. "Thomas Morus, que por ser chanceler estava profundamente ligado às questões políticas, sociais e econômicas do período, escreveu sobre uma sociedade imaginária que tinha encontrado soluções para todos os problemas. Apenas para ilustrar, o ouro, tão cobiçado durante os grandes descobrimentos e causador de males sociais e destruição, em *A Utopia* é considerado material desprezível e utilizado para fabricar algemas que prendem os escravos e penicos. É quase um retrato invertido da realidade", observa.

A pesquisadora lembra outro aspecto interessante da dissertação, o de ter conseguido contextualizar a figura do hermafrodita na época, quando simbolizava um comportamento ambíguo e dissimulado. "Existem mais duas obras do período que trazem o hermafroditismo no título, *O Anti-hermafrodita* (1605) e *O Hermafrodita de Nosso Tempo* (1611), ambas tratando de moral política. Em *A Ilha*, cada detalhe é significativo para entender que o autor não está falando meramente de sujeitos efeminados, mas de um comportamento que consiste em encobrir o aspecto natural de alguém ou das coisas. Estendido à política e economia, o comportamento hermafrodita servia como metáfora do discurso de alguns poucos que só agiam em proveito próprio", acrescenta.

**Leituras** – Ana Cláudia Ribeiro ressalta, no entanto, que a obra permite variadas leituras. Em uma delas, essa utopia seria uma sátira de Henrique III, um homem efeminado que vivia cercado de *mignons* (termo que designava os jovens preferidos do rei). "Ele e seus favoritos eram malvistas pelo povo porque se vestiam de maneira extravagante, tinham comportamentos ambíguos (sexuais e outros) e eram representativos de uma pequena elite que vivia muito bem no luxo e na riqueza", explica a literata. Outra leitura, segundo ela, é de um panfleto em

favor de Henrique IV, que teria procurado consolidar sua imagem como novo monarca colocando o antecessor em descrédito. "Também serve como espelho da França do período das guerras de religiões, quando milhares de protestantes foram massacrados. Mas creio que o alcance da obra vai além. Os hábitos da corte hermafrodita remetem imediatamente às cortes francesas, não apenas de Henrique III e Henrique IV, mas também às posteriores", acrescenta.

Sobre a estrutura do livro, a pesquisadora encontra duas partes principais. Na primeira percebe-se nitidamente o *topos* comum a várias outras utopias, em que o viajante naufraga, chega a uma ilha desconhecida e começa a descobrir a vida social e os costumes locais. "Nessa parte também são transcritas as leis dos hermafroditas sobre vários aspectos da vida organizada. É uma legislação onde a ordem moral aparece invertida. Por exemplo: o incesto, que temos como algo nefasto, é permitido pelos hermafroditas desde que traga algum benefício a quem pratica, como o de manter a herança dentro do círculo familiar; o tráfico de crianças também é permitido, desde que os pais tirem proveito econômico", ilustra.

**Moral cristã** – A segunda parte do livro traz um poema exaltando a virtude e criticando o vício, juntamente com dois discursos que os cortesãos hermafroditas consideram escritos heréticos – *Do soberano bem do homem* e *Que o homem deve cuidar das coisas corporais*. "Na ilha também existem hermafroditas que seguem outras leis e não as enunciadas. O poema panfletário exalta a virtude e ataca os vícios dos hermafroditas da corte. Os dois discursos apologeticos exaltam uma moral cristã – nem católica, nem protestante, mas cristã, que se opõe claramente à moral desordenada dos cortesãos. Há estudiosos que vêm nos escritos uma crítica à França intolerante das guerras de religiões", reitera Ana Cláudia Ribeiro, que pretende publicar a tradução de *A Ilha dos Hermafroditas* acompanhada de sua leitura da obra.

## Artigos de fé dos hermafroditas

■ Nós ignoramos a criação, redenção, justificação e danação, salvo em boa aparência e em palavras, e somente para enganar nossos adversários e acomodar-nos ao momento.

■ Nós ignoramos se há alguma temporalidade ou eternidade no mundo, e se este deve ter um dia algum fim, de modo que isto nos atormente o espírito e nos cause pavor.

■ Nós ignoramos toda outra Divindade que não seja Amor e Baco, que nós dizemos residir essencialmente em nosso desejo, ao qual nós rendemos toda honra.

Nós ignoramos uma providência superior às coisas humanas, e cremos que tudo se conduz ao acaso.

■ Nós ignoramos todo outro paraíso além da volúpia temporal, que dizemos reconhecer pelos sentidos. Eis porque nós os procuramos e estimamos acima de todas as coisas.

■ Nós ignoramos toda outra vida além da presente, e cremos que depois dessa tudo estará morto para nós. Eis porque nós nos esforçamos até o último dia para dar-nos todo o prazer que pudermos imaginar.

■ Nós ignoramos todo outro espírito além do que nos é persuadido pelo prazer que nós cremos tornar-se visível em nossas paixões e afeições. Eis porque nós lhe aderimos tanto quanto se pode fazer.

■ Nós ignoramos que o que está sobre a terra possa algumas vezes servir ao que se diz estar no céu. Eis porque nós temos por loucura toda outra comunhão além daquela que se encontra em nossas assembléias, que nós cremos poder ser mantidas somente por meio da antiga opinião dos gnósticos.

■ Juramos e protestamos viver e morrer nesta crença, sob pena de sermos tidos por tartufos, supersticiosos, desavisados, e de estar toda nossa vida em contínua inquietude sem nenhuma tranquilidade.